

A pesquisa sobre política e gestão da educação no Brasil: uma leitura introdutória sobre sua construção

Research on educational policy and management in Brazil

La investigación sobre política y gestión educativa en Brasil

BENNO SANDER

Resumo: A busca e interpretação de conhecimentos sobre administração da educação no Brasil é a preocupação central deste ensaio. Seu objetivo é contribuir para a descoberta das orientações teóricas e perspectivas analíticas adotadas nos estudos sobre organização e gestão da educação ao longo da história política e cultural do país, com destaque para recentes desenvolvimentos protagonizados pelos programas de pós-graduação e pelas entidades da sociedade civil organizada no campo da educação. A discussão sobre a genealogia do conhecimento no campo da administração educacional conclui com a enunciação de alguns desafios que hoje enfrentam pesquisadores e políticos para a formulação de políticas e práticas efetivas e relevantes de gestão da educação.

Palavras-chave: política e gestão da educação brasileira; pesquisa e administração da educação; genealogia do conhecimento e da prática administrativa.

Abstract: The search and interpretation of knowledge on Brazilian educational administration is the major concern of this paper. Its objective is to contribute to the discovery of the theoretical orientations and analytical perspectives adopted in the studies on educational organization and management throughout Brazil's political and cultural history, with special reference to recent developments led by graduate programs and civil society organizations in the field of education. The discussion of the genealogy of knowledge in the field of educational administration concludes with the enunciation of challenges faced today by researchers and policymakers in the formulation of effective and relevant policies and practices of educational management.

Keywords: Brazilian educational policy and management; research and educational administration; genealogy of administrative knowledge and practice.

Resumen: La búsqueda e interpretación de conocimientos de administración de la educación en el Brasil es la preocupación central de este ensayo. Su objetivo es contribuir para la descubierta de las orientaciones teóricas y perspectivas analíticas adoptadas en los estudios sobre la organización y gestión educativa a lo largo de la historia política y cultural del país, con destaque para recientes desarrollos protagonizados por los programas de postgrado y las entidades de la sociedad civil organizada en el campo de la educación. La discusión sobre la genealogía del conocimiento de la administración educativa concluye con la enunciación de algunos desafíos que hoy enfrentan investigadores y políticos para la formulación de políticas y prácticas efectivas y relevantes de gestión educativa.

Palabras clave: política y gestión de la educación brasileña; investigación y gestión educativa; genealogía del conocimiento y de la práctica administrativa.

INTRODUÇÃO

Buscar e interpretar conhecimentos sobre política e gestão da educação no Brasil é o objeto deste ensaio. Nesse sentido, sua finalidade é contribuir para a descoberta e delineamento das orientações teóricas e perspectivas analíticas adotadas nos estudos e pesquisas sobre organização e administração da educação ao longo da história política e cultural do país, com destaque para os desenvolvimentos das últimas décadas. Pesquisa é definida como ato ou efeito de indagar, investigar e estudar um campo do conhecimento para averiguar sua realidade e suas circunstâncias. Para os objetivos específicos deste ensaio, a pesquisa é concebida como exercício de desconstrução da natureza dos saberes elaborados ao longo dos anos em matéria de política e gestão da educação no Brasil, visando ensaiar uma introdução à genealogia do conhecimento nesse campo de estudo e prática profissional.

Partindo da premissa de que a educação se situa historicamente como prática social e que seu conhecimento é concebido como construção sociocultural, associo-me a Vygotsky para propor que, neste ensaio, “o passado e o presente são vistos à luz da história” (1978, p. 64). O estudo da história da pesquisa científica em matéria de organização e administração do ensino no Brasil é um desafio de enormes proporções, tendo em vista sua extensão temporal e territorial e sua abrangência em termos de sistemas e níveis de ensino, áreas temáticas, orientações teóricas, modelos analíticos e implicações políticas e pedagógicas de seus resultados e descobertas. É por essa razão que, no contexto da pesquisa educacional brasileira, o texto se limitará à discussão inicial de alguns aspectos do estudo da administração da educação, incluindo suas áreas temáticas e suas atuais perspectivas de desenvolvimento. O eixo da discussão passa pelas orientações epistemológicas adotadas e pelos resultados alcançados nos estudos ao longo da história da educação brasileira e, nesse contexto, enuncia alguns desafios que enfrentamos hoje para dar um novo salto qualitativo na produção científica da área e para explorar as potencialidades da pesquisa educacional para a formulação de políticas públicas e a concepção de práticas efetivas e relevantes de administração da educação.

O ensaio se fundamenta em um número limitado de informações extraídas da literatura especializada. Para cobrir a longa história colonial até a Primeira República, recorri a dados que levantei e publiquei no início da década de 1980 (SANDER, 1982) sobre a produção do conhecimento em matéria de gestão da educação no contexto da administração pública brasileira. Quanto à história da pesquisa sobre a gestão da educação na segunda metade do século XX, especialmente desde 1980, duas são as principais fontes utilizadas: primeiro, as pesquisas publicadas na *Revista Brasileira de Administração da Educação* (1983-1996) e alguns estudos auspiciados recentemente pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE); e segundo, os levantamentos feitos a partir dos dados

que constam dos bancos de teses da ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (1999) e do MEC/CAPES (2004), analisados e debatidos por pesquisadores nos meios acadêmicos, como no projeto de pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP (MARIN; BUENO; SAMPAIO, 2003) e no trabalho de Souza (2006, p. 13-39), recém publicado pela ANPAE. É preciso ressaltar, no entanto, que essas fontes cobrem apenas parte da vasta produção sobre a gestão da educação brasileira, razão pela qual este ensaio se autodefine como uma leitura introdutória e inacabada dos estudos realizados e publicados na área.

NOSSOS PRIMEIROS PASSOS

É longa a história da pesquisa e dos estudos sobre política e gestão da educação no Brasil. Na realidade, a preocupação com a busca e interpretação do saber no campo da educação, em particular de sua organização e administração, tem sido e vem sendo uma constante da história política e administrativa do país, que se tem manifestado tanto nas tentativas de importação de perspectivas teóricas e modelos heurísticos do exterior como nos esforços de criação de soluções teóricas e metodológicas nacionais.

Aprendemos os primeiros passos com nossos irmãos portugueses durante o período colonial de nossa história. Já naquela época, muitos brasileiros iam estudar e pesquisar nos centros universitários de Portugal. Lisboa e Coimbra eram então os destinos favoritos dos brasileiros para sua formação científica e cultural e sua iniciação aos estudos e práticas no campo do ensino. Aprendemos também com os mestres-escola e educadores portugueses que vieram ao Brasil, inicialmente liderados pelos padres da Companhia de Jesus, seguidos, mais tarde, por outras congregações religiosas, no contexto do sistema público confessional de ensino adotado pela Coroa de Portugal. Posteriormente, as igrejas protestantes, de distintas confissões, provenientes da Europa e dos Estados Unidos, estabeleceram importantes instituições de ensino em várias regiões do país. Finalmente, no século XIX, é importante destacar, entre as forças que moldaram o pensamento político e cultural do Brasil, a profunda influência educacional e administrativa exercida pelo positivismo francês, como parte de sua atuação liberadora no período de nossa independência republicana.

Este conjunto de fatores, que condicionou historicamente a construção do conhecimento no campo do ensino e da gestão da educação, precisava de um enquadramento jurídico formal, que herdamos do direito administrativo romano. Efetivamente, a revisão da literatura revela que os estudos de administração pública e educacional do período colonial adotaram um enfoque jurídico, estreitamente vinculado à tradição do direito administrativo romano, imperante em Portugal e outras nações líderes da Europa Continental, onde nossos pesquisadores e pensa-

dores foram buscar os elementos teóricos e metodológicos para a realização de seus trabalhos intelectuais.

Existe efetivamente uma vasta literatura especializada que retrata as posições políticas e pedagógicas que moldaram a trajetória histórica do conhecimento no campo da administração pública brasileira e, nesse contexto, da administração da educação, até as primeiras décadas do século XX, cuja revisão detalhada não cabe no espaço e nos objetivos deste ensaio. Diante dessa orientação, ao invés de revisar inúmeras contribuições individuais de estudiosos da organização e administração do ensino da época, este ensaio se limita a examinar o esquema intelectual que o sistema do direito administrativo romano criou para a concepção e o desenvolvimento da administração da educação no período colonial. Foi precisamente esse esquema intelectual, de natureza antecipatória, dedutiva, normativa, prescritiva e regulatória, que retardou a adoção de princípios e técnicas de administração educacional fundamentados em outras tradições filosóficas e jurídicas, como, por exemplo, as do direito anglo-americano, de natureza experimental, empírica e indutiva, que somente se consolidaram no Brasil no século XX. A partir de então, a dialética entre o legalismo de origem eurolatina e o experimentalismo anglo-americano, assim como entre seus respectivos enfoques dedutivo e indutivo, caracterizou toda a trajetória educacional e administrativa no Brasil. A compreensão dessas características do pensar, do legislar, do planejar, do organizar, do fazer e do avaliar políticas sociais e educacionais é importante para entender o próprio caminho trilhado pelos pesquisadores e estudiosos da administração pública e da gestão da educação no Brasil.

Durante o período colonial, a educação não constava entre as prioridades dos governantes que, conseqüentemente, não se preocuparam com a organização de um sistema de ensino para a população. Em que pesem os esforços e a ação de educadores, publicistas e políticos que se bateram pela valorização da educação durante o Império e a Primeira República, a avaliação histórica não registra a existência de uma infra-estrutura organizacional e administrativa do Estado brasileiro preparada para atender às exigências mínimas das poucas instituições educacionais para a elite governante da época e, muito menos, para planejar e dirigir as escolas destinadas à educação popular. Esses fatos explicam porque antes de 1930 existia pouca pesquisa e reduzida sistematização do conhecimento no campo da administração do ensino no Brasil. No entanto, no conjunto das disciplinas pedagógicas, a administração escolar tem merecido maior atenção relativa, a julgar pelas publicações da época. Segundo o testemunho de Lourenço Filho (1963, p. 271), aproximadamente um terço dos títulos das publicações em educação desse período histórico eram sobre temas de organização e administração do ensino. Em geral, essas publicações eram levantamentos e relatórios de caráter descritivo, normativo, legalista e de reduzida sistematização. Essa era a tônica dos estudos sobre a organização e administração da educação no período colonial e na Primeira República. Suas raízes estão na tradição jurídica do direito administrativo romano com seu caráter normativo e seu

pensamento dedutivo. O cristianismo reiterou a força normativa e a lógica dedutiva do enfoque jurídico. A filosofia positivista deixou sua marca com a introdução da metodologia empírica e dos modelos normativos de gestão da educação. Ou seja, os estudos e publicações educacionais do período colonial refletem a influência simultânea da filosofia escolástica, do racionalismo positivista e do formalismo legal na organização e administração da educação brasileira.

As primeiras décadas da era republicana, especialmente a partir dos anos 1920, são testemunhas de uma nova efervescência política e intelectual no Brasil, como o demonstram, por exemplo, a realização da Semana de Arte Moderna de 1922, em São Paulo, a fundação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, no Rio de Janeiro, e outros movimentos políticos e culturais em prol de uma reforma cívica e ética da sociedade brasileira que antecederam a Segunda República instalada com a Revolução de 1930. Na educação, essa efervescência intelectual se materializou no movimento da *Escola Nova* e no *Manifesto dos Pioneiros da Educação* em 1932, no Rio de Janeiro.

Nesse contexto, começamos a escrever um novo capítulo no campo da administração da educação, à luz dos desenvolvimentos teóricos e trabalhos empíricos de administração pública e empresarial, com novos protagonistas que, a despeito da consciência nacionalista da época do Estado Novo, não deixaram de inserir-se no movimento acadêmico internacional no campo das ciências políticas e administrativas. Nossos pesquisadores e estudiosos de administração pública e educacional da época recorreram a Fayol (1916) na França, a Taylor (1916) nos Estados Unidos, a Gulick & Urwick (1937) na Inglaterra e a Weber (1947) na Alemanha. São esses autores, além de alguns pensadores americanos de vanguarda, como Dewey (1916) e James (1997) e alguns especialistas pioneiros de administração educacional, como Cubberley (1931), Sears (1950) e Moehlman (1951), que influenciaram os estudiosos brasileiros de administração escolar desse período, como Anísio Teixeira (1935; 1956; 1964), Querino Ribeiro (1938; 1952), Carneiro Leão (1939) e Lourenço Filho (1963). Foi com as aulas e os escritos pioneiros desses mestres de gerações de educadores brasileiros que aprendemos as primeiras lições de administração escolar e fizemos nossos primeiros exercícios de pesquisa educacional nos bancos dos Institutos de Educação, Escolas Normais e Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. É a fase precursora em que se estabeleceram os primeiros contornos conceituais e conteúdos iniciais da disciplina de administração escolar nos meios acadêmicos, que se consolidariam nas décadas seguintes.

PESQUISA EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

Em 1961, dois fatos, um de natureza legislativa e outro de organização civil, deixariam sua marca na história brasileira da administração da educação. Faço

referência, em primeiro lugar, à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 4.024), aprovada em 20 de dezembro de 1961, que legislou sobre um novo sistema de ensino, após décadas de debates no Congresso Nacional e na comunidade acadêmica do país. Meses antes da promulgação da LDB de 1961, os professores titulares de administração escolar e educação comparada das principais universidades brasileiras, reunidos no I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar realizado entre 5 e 11 de fevereiro de 1961 na Universidade de São Paulo (USP), decidiram fundar a *ANPAE – Associação Nacional de Professores de Administração Escolar*, hoje *Associação Nacional de Política e Administração da Educação*. A nova agremiação educacional da sociedade civil se propunha a congregar estudiosos e professores de administração escolar das universidades públicas e privadas do país. A fundação da ANPAE, que a história registra como a mais antiga associação de administradores educacionais da América Latina, foi ponto de partida para uma renovada atuação da sociedade civil no campo específico da política e da gestão da educação no Brasil.

Duas décadas depois da fundação da ANPAE, se estabeleceu o Grupo de Trabalho sobre Estado e Políticas Educacionais (GT-05) no âmbito da *ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação*. Fundada em 1976 e consolidada como entidade civil independente em 1979, a ANPEd, cujo nascimento está associado ao desenvolvimento dos estudos de pós-graduação em educação, representa, cronologicamente, o segundo passo decisivo da atuação da comunidade acadêmica da sociedade civil organizada em matéria de pesquisa sobre políticas públicas e gestão da educação no Brasil. Há diferenças na constituição do Grupo de Trabalho sobre Estado e Políticas Educacionais (GT-05) da ANPEd e o quadro social da ANPAE. O GT-05 da ANPEd se constitui como grupo especializado dedicado à pesquisa e à docência universitária, enquanto que a ANPAE congrega, além de pesquisadores e especialistas dos meios acadêmicos, diretores e professores de educação básica, dirigentes e técnicos dos sistemas de ensino e outros profissionais dedicados à administração da educação em diferentes níveis e modalidades de ensino. Pese a essas diferenças de organização social, hoje a ANPAE e a ANPEd partilham o mesmo compromisso com as causas da política e da gestão democrática da educação, tanto assim que a maioria dos especialistas brasileiros de vanguarda no campo da administração educacional batalha em ambas as entidades. A atuação da ANPAE e da ANPEd no campo específico da política e da gestão educacional é indicativa do crescente protagonismo da sociedade civil organizada na área da educação. Em recente trabalho sobre a avaliação do Plano Nacional de Educação, Dourado (2006) mostra como o protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação evoluiu e se consolidou nas últimas décadas, em particular no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e em outros recentes espaços de luta política pelo direito universal a uma educação de qualidade assegurada ao longo da vida.

Para mostrar a atuação da sociedade civil no campo da gestão da educação no Brasil, o texto se refere, nesta seção, à história da ANPAE, como exemplo de uma história em construção e reconstrução permanente, tanto assim que, em menos de cinco décadas de vida, a ANPAE foi batizada e rebatizada cinco vezes. A hipótese adotada nesta seção é que a trajetória político-pedagógica da ANPAE reflete os principais momentos e movimentos da recente história da construção do conhecimento em matéria de política e gestão da educação no Brasil. Isso não significa atribuir à ANPAE a autoria da construção do conhecimento na área, se bem que tenha participado ativamente dessa tarefa, ao lado da ANPED e outras entidades que congregam pesquisadores e professores de educação. Significa sim que a ANPAE foi agente de socialização do conhecimento produzido, pois ela tem sido e vem sendo o lugar de encontro dos especialistas da área, sua escola de educação continuada e a arena política onde se realizaram e vem realizando seus debates, simultaneamente políticos e pedagógicos, teóricos e práticos, e em cujo periódico acadêmico-científico se publicaram e vem publicando os resultados de pesquisas e ensaios especializados da área.

Nesse contexto, é importante examinar os ritos de passagem que se materializaram nas cinco nomeações historicamente protagonizadas pela ANPAE, para correlacioná-las com os momentos que marcaram a construção do conhecimento no campo da política e da gestão da educação nas últimas cinco décadas. Ou seja, os nomes da ANPAE, seus significados e significantes, constituem o fio condutor da análise. O estudo do nome envolve diversos setores do saber, desde a ilustração antropológica de Lévi-Strauss (1908-) à literatura psicanalítica de Freud (1856-1939) e Lacan (1901-1989). Aplicando princípios da semiótica moderna, a (hipó)tese deste ensaio é que os vários nomes da ANPAE são signos simbólicos que suscitam representações, deslocamentos de valores e adesão coletiva a princípios e regras. É assim que cada nome da ANPAE reflete distintos saberes, costumes, epistemologias, compromissos políticos e práticas sociais em matéria de políticas públicas e gestão da educação. Em outras palavras, os distintos batismos da ANPAE encontram sua explicação na organização social. Barthes (1972, p. 133-134) nos ensina que “há uma propedêutica dos nomes, que conduz por caminhos longos, variados, enviesados, à essência das coisas.” É nesse sentido que é possível avaliar a essência da ANPAE e seu peso ontológico em elaboração permanente, à luz de sua própria história de lutas políticas e pedagógicas, como uma sintetização simbólica de sua contribuição ao estudo e à prática da administração educacional.

A semente de uma agremiação de especialistas brasileiros em administração escolar foi lançada em 1955 por Python Pinto, da Universidade Federal da Bahia, em carta endereçada aos professores titulares de administração escolar das universidades brasileiras, sugerindo a convocação de uma reunião para estudar os problemas da área (CATANI; GILIOLI, 2004). A reunião não se realizou naquela oportunidade,

mas a semente caiu em terra fértil e, depois de seis anos de fecundação, no dia 11 de fevereiro de 1961, nasceu e foi batizada a *Associação Nacional de Professores de Administração Escolar (ANPAE)*, por ocasião do encerramento do I Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado na Universidade de São Paulo, por convocação de Querino Ribeiro.

Os mestres fundadores da ANPAE foram nossos primeiros professores contemporâneos de pesquisa, ensino e exercício de administração escolar. Lá estiveram Anísio S. Teixeira, José Querino Ribeiro, Antonio Pithon Pinto, Paulo de Almeida Campos, Carlos Corrêa Mascaro e outros precursores que, nas décadas de 1940 e 1950, tomaram consciência da necessidade de sistematizar conhecimentos e práticas de administração do ensino, de defender e valorizar os pesquisadores e docentes de administração educacional nos meios acadêmicos e de conceber estratégias políticas e organizacionais para um novo sistema nacional de ensino, comprometido com a educação popular e a preparação dos trabalhadores para o desenvolvimento industrial que então se consolidava no país.

À luz dessa necessidade historicamente identificada, os primeiros anos de vida da ANPAE foram marcados pela afirmação da administração escolar como campo de pesquisa e prática educacional e como disciplina fundamental do processo de formação pedagógica dos educadores e dirigentes do ensino, como se pode deduzir dos programas de seus quatro primeiros Simpósios Brasileiros de Administração Escolar, realizados na década de 1960 (CATANI; GILIOLI, 2004). Os relatórios, ensaios e pesquisas apresentados e debatidos nos grupos de trabalho do primeiro Simpósio Brasileiro, realizado em São Paulo em 1961, enfocaram prioritariamente a definição da administração escolar, sua terminologia, as condições de estudo e as diretrizes para o ensino nos meios acadêmicos. O segundo Simpósio, realizado em Porto Alegre em 1963, teve como tema central o ensino da administração escolar e a formação dos administradores escolares. O terceiro Simpósio, realizado em Salvador em 1966, deu continuidade ao estudo da terminologia especializada da administração escolar e sua associação com as tarefas de planejamento, supervisão e avaliação do ensino. Finalmente, o quarto Simpósio Brasileiro, realizado em Manaus em 1969, concentrou seu debate sobre o papel das faculdades de educação na nova estrutura universitária aprovada em 1968 e seus programas de ensino de administração escolar. Os temas de estudo e debate dos Simpósios Brasileiros da ANPAE realizados na década de 1960 revelam que a grande preocupação inicial da comunidade acadêmica foi conquistar um espaço próprio para o estudo e o ensino da administração escolar nos meios acadêmicos e a formação dos administradores escolares. Daí a importância atribuída à administração escolar como campo de pesquisa e intervenção educacional, ao estudo de sua terminologia especializada e ao seu ensino nas universidades e centros de formação dos profissionais da educação.

Na década seguinte, os pesquisadores e professores universitários de administração escolar iniciaram um novo debate sobre o escopo da administração no

campo de pesquisa e ensino, que refletia as preocupações nos meios acadêmicos do país diante da crescente complexidade do sistema educacional brasileiro. O argumento era que o estudo e a direção dos destinos da educação e das próprias escolas não se limitavam ao âmbito restrito da administração escolar, mas que requeriam o concurso de profissionais de outras áreas para abarcar a problemática da educação e a complexidade da gestão dos sistemas e instituições de ensino como um todo. Esse desenvolvimento nos meios acadêmicos ocupou a agenda do V Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, realizado no período de 18 a 24 de julho de 1971, em Niterói, quando a ANPAE foi rebatizada com o nome de Associação Nacional de *Profissionais* de Administração Escolar. No entanto, em que pese essa abertura conceitual, grande parte dos pesquisadores e professores universitários e do próprio corpo social continuava prioritariamente preocupada com a *dimensão escolar* da pesquisa e da prática da administração do ensino.

Foi somente no período de transição da segunda metade dos anos 1970 para a década de 1980 que o estudo da administração no campo de ensino se ampliou efetivamente para a *dimensão educacional*, à luz do aprofundamento do debate e da luta em prol da democracia e da cidadania e do movimento de ciência social aplicada ao estudo e à prática da educação e sua administração. A percepção histórica desse desenvolvimento alimentou o programa do VIII Simpósio Brasileiro de Administração Escolar, no período de 12 a 16 de julho de 1976, na Universidade de Brasília, no âmbito da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em que seus participantes priorizaram a *dimensão educacional* da administração, que se materializou no terceiro batismo da ANPAE, com a denominação de Associação Nacional de Profissionais de Administração *Educacional*.

Foi também nesse ambiente político e intelectual que os estudos e debates do IX Simpósio Brasileiro da ANPAE, realizado no período de 5 a 8 de julho de 1978 na Universidade Federal do Paraná, giraram em torno da *administração da educação no contexto das ciências sociais* (SANDER, 1978). Ao recolher e aprofundar o enfoque de ciência social na administração educacional, o IX Simpósio Brasileiro se tornou um divisor de águas na história da contribuição da ANPAE ao estudo da política e da gestão da educação no Brasil. O Simpósio acentuou a consciência dos educadores sobre a importância de analisar a educação no contexto da sociedade e destacou “a relevância das ciências sociais para o estudo e o exercício da administração da educação” (PINTO, 1986). O enfoque sociológico e político desses debates reformistas no campo da administração da educação, que se acentuaram na década de 1980, tratou de superar o anglicismo *educacional* e pavimentou o caminho para o quarto batismo da ANPAE, modificando seu nome para Associação Nacional de Profissionais de Administração *da Educação*, que se concretizou na Assembléia Geral do X Simpósio Brasileiro, realizado no período de 12 a 14 de outubro de 1980, na cidade do Rio de Janeiro. Esse ambiente renovador propiciou o nascimento, em 1983, da *Revista Brasileira de Administração*

da Educação, hoje *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, periódico de debate acadêmico-científico da ANPAE e veículo de opinião e divulgação de pesquisas, estudos e experiências no campo da política e da gestão da educação. O projeto de lançamento da Revista foi aprovado em 1981 na Universidade de São Paulo, em Assembléia-Geral comemorativa do vigésimo aniversário de fundação da ANPAE.

Mas não parou aí a construção histórica da administração da educação como disciplina acadêmica, isto é, como programa de pesquisa e interpretação teórica e de intervenção concreta na direção dos destinos das instituições e sistemas de ensino. Ao contrário, ao longo da década de 1980 o quadro se modificaria significativamente tanto no aspecto acadêmico quanto no da intervenção na prática educacional, como se verá mais adiante. Essa modificação se refletiu na inserção dos pesquisadores e dirigentes educacionais nos movimentos sociais e debates nacionais em torno da Constituinte, da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96) e do I Plano Nacional de Educação (2001), aliada à sua participação nas lutas pela defesa da escola pública, pela valorização do magistério e pela profissionalização dos educadores nas décadas de 1980 e 1990. Ou seja, os protagonistas da gestão pública da educação ingressaram abertamente na arena política. Nos meios acadêmicos se aprofundou a interação entre ciência política e teorias organizacionais e administrativas. No cotidiano do governo da educação, observou-se um renovado movimento para estreitar a relação entre a formulação de políticas e planos educacionais e sua realização efetiva nas instituições de ensino como um único processo de gestão pública da educação. A pesquisa da área nos anos 1980 e 1990 refletiu essa tendência política e sociológica que, por sua vez, se registrou na quinta designação da ANPAE, batizada em 1996 como Associação Nacional de *Política* e Administração da Educação, acompanhando, mais uma vez, a construção do conhecimento e as práticas no campo da gestão da educação brasileira.

Ao concluir este título do ensaio, é importante anotar que a sigla *ANPAE*, cunhada pelos mestres fundadores, permaneceu como marca irredutível da identidade e da missão da Associação, certificando a autoria e carimbando o engajamento histórico de seus associados na construção do pensamento pedagógico brasileiro. O nome *ANPAE*, uma síntese em apenas cinco letras, que engendra a *força simbólica* (ABRAHAM, 1965, p. 114) determinadora da maneira de ser dos anapeanos como profissionais comprometidos com a gestão democrática da educação no circuito maior das entidades educacionais da sociedade civil brasileira, reflete o enigma de uma dívida com a origem histórica da Associação que traçou seu destino como agremiação educacional dedicada à pesquisa e à intervenção concreta na direção dos destinos das instituições e sistemas de ensino do país. Em outras palavras, ao longo de seu percurso, a ANPAE foi batizada e rebatizada cinco vezes, sem nunca abdicar de sua identidade associativa e de sua missão político-pedagógica comprometida com a promoção do acesso a uma educação de qualidade para todos

ao longo da vida e com as causas associadas à gestão democrática na educação e na sociedade. Muito pelo contrário, investiu criativamente na sua atualização e seu aprofundamento.

PESQUISA EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO E AÇÃO POLÍTICA

Esse aprofundamento introduz o exame do papel da pesquisa como instrumento de interpretação histórica das práticas de intervenção concreta na educação e, mais especificamente, na administração educacional. A história da educação revela que, ao longo dos anos, o campo educacional tem sido uma verdadeira arena de lutas em que seus atores vêm tratando de impor suas opções políticas e arbitrários culturais e suas legítimas categorias de percepção e apreciação (BOURDIEU, 1984; 2002). No Brasil, testemunhamos essa evidência a partir de meados da década de 1970 até meados dos anos 1990, em que o campo educacional foi alvo de permanentes pressões conjunturais, provenientes dos processos de abertura democrática, das lutas sindicais, dos movimentos sociais e dos primeiros influxos neoliberais da mundialização da economia e de toda atividade humana. As pesquisas e práticas políticas e administrativas no campo educacional dessa época se inserem nesse contexto, como o revelam muitos estudos e pesquisas recolhidos e publicados, a partir de 1983, pela *Revista Brasileira de Administração da Educação*, periódico especializado no campo da gestão da educação que veio dar vazão parcial ao crescente aumento da produção acadêmica da área, associada à consolidação dos programas de pós-graduação em educação nas universidades brasileiras. A sua liderança se manifesta tanto pela expressão acadêmica dos autores como pela quantidade dos trabalhos especializados em matéria de política e gestão da educação que o periódico da ANPAE vem socializando, em comparação com o número de artigos sobre a mesma problemática publicado em outras revistas científicas brasileiras, incluindo os periódicos classificados de padrão internacional. Nesse contexto, se destaca a recente recolha de uma pesquisa de Pereira & Andrade, publicada na revista *Educação e Sociedade* (2005, p. 1393-1411; 2007, p. 137-151) e reproduzida na Revista da ANPAE (2007, p. 137-151), que conta e analisa a história dos modos pelos quais a administração educacional, como área de pesquisa e prática de intervenção educacional, foi abordada na *Revista Brasileira de Administração da Educação* na sua primeira fase, ou seja, de 1983 até 1996, antes que ela fosse rebatizada, há dez anos, como *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, à raiz da mudança do próprio nome da ANPAE. O trabalho de Pereira e Andrade se destaca pela sua reflexão erudita e sua capacidade de apreensão das crenças e interesses em jogo, das percepções e interpretações historicamente situadas, e dos valores e rendimentos simbólicos proporcionados pelo campo de estudo e intervenção social.

Os antecedentes da análise de Pereira e Andrade surgem no período de transição da década de 1970 para a década de 1980, em que eclodiu uma renovada

efervescência política no Brasil, protagonizada pelos movimentos de resistência da sociedade civil, pela luta em favor da democratização e da anistia política, ações que se aprofundaram ao longo da década de 1980, com o movimento das *Diretas Já* e os trabalhos da Constituinte que teve como resultado a promulgação da nova Carta Constitucional em 1988. A história da pesquisa e da produção e divulgação do conhecimento no campo da gestão da educação se insere nessa efervescência política. Mais do que isso, a educação é parte dessa efervescência, evidenciada pela intervenção crescente da comunidade científica e da sociedade civil organizada nos movimentos de reforma educacional, de defesa da escola pública, de valorização do magistério e de gestão democrática do ensino, movimentos que culminaram com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei n. 9.394) e do I Plano Nacional de Educação, votado pelo Congresso Nacional em 2001.

Na sua revisão da pesquisa e da produção intelectual da década de 1980 até meados de 1990, Pereira e Andrade (2005, p. 1393-1411; 2007, p.137-151) revelam a existência de uma crescente preocupação com a definição de uma nova identidade do administrador da educação e a reconstrução de seu perfil político e técnico condizente com o movimento sociopolítico da época. Compromisso político conjugado com formação técnica definem a nova identidade do administrador da educação, compatibilizando-a com as exigências éticas e políticas da intelectualidade educacional de vanguarda da época.

Ao lado da preocupação com a redefinição do perfil político e técnico do administrador educacional, a produção intelectual revisada por Pereira e Andrade (2005, p. 1393-1411; 2007, p. 137-151) revela a existência de um renovado interesse pela própria reconstrução teórica no campo da gestão da educação, visando superar a histórica tradição positivista e funcionalista de corte liberal, por uma orientação interacionista de natureza sociohistórica, que se revela nos estudos de base marxista, fenomenológica, existencialista e anarquista. Esse esforço de construção teórica de novas perspectivas heurísticas e praxiológicas de administração educacional, mais alinhadas com os capitais culturais dos acadêmicos engajados nas lutas sociais e nos movimentos de resistência da sociedade civil organizada no campo educacional brasileiro, acompanha historicamente o surgimento de inúmeros paradigmas conceituais e modelos analíticos, de variadas orientações intelectuais, no contexto internacional (KUHN, 1980; CULBERTSON, 1981; BURRELL; MORGAN, 1982; HOY; MISKEL, 1982; SANDER, 1982, 1984, 1990; SILVER, 1983; ELLSTRÖM, 1983, 1984; BOLMAN; DEAL, 1984; SANDER; WIGGINS, 1985; FOSTER, 1986; MORIN, 1991, 1998; BACHARACH; WILLMOTT, 1993; ARDOINO, 1998; LIMA, 1998; SANTOS, 2000).

Do exame dos primeiros números da *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Pereira e Andrade (2005, p. 1403-1404; 2007, p. 137-151) concluem que “pelo menos cinco artigos podem ser mencionados como responsáveis pelo des-

locamento de toda a discussão teórica para o âmbito sociohistórico, seguramente de inspiração marxista (SANDER, 1983; ARROYO, 1983; WITTMANN, 1983; FRIGOTTO, 1984; CURY, 1985).” Esses cinco autores estudam a administração da educação contemporânea à luz de um quadro teórico alicerçado nos conceitos de contradição dialética, totalidade e construção social como categorias opostas aos princípios consagrados na tradição positivista e na orientação taylorista e fayolista de administração. Neste contexto, Sander (1983; 1984; 1990) enuncia o confronto entre o paradigma positivista de administração do consenso e o paradigma interacionista de administração do conflito e seus esforços superadores de mediação dialógica. Arroyo (1983) concebe o paradigma de administração da educação como processo político em oposição a processo tecnocrático. Wittmann (1983) propõe o paradigma de administração da educação como prática social transformadora para fazer frente ao autoritarismo burocrático. Frigotto (1984) dá forma ao paradigma do ato educativo como prática política e social que se opõe à concepção da educação como fator de produção econômica. Finalmente, Cury (1983; 1985) e Gadotti (1983) defendem um paradigma de administração da educação como processo democrático em oposição à administração burocrática. A partir de então, a perspectiva democrática de gestão escolar, valorizando o pensamento crítico e adotando a participação como estratégia político-pedagógica como o enunciaram Costa Felix (1984) e Paro (1986), ocupa crescente espaço nos estudos e publicações. Destacam-se igualmente os estudos pioneiros de Rezende, Santos Filho e Carvalho (1978) e de Zeneida Kuenzer (1984), cujas propostas acentuam a dimensão política sobre a técnica e o ato pedagógico sobre o empresarial. O conflito de metodologias de pesquisa educacional em termos de métodos quantitativos e qualitativos, métodos indutivos e dedutivos, métodos empíricos e interacionistas acompanha os esforços de construção teórica da década de 1980, revelando uma opção dominante pela análise sócio-histórica.

Além do período de cobertura da análise de Pereira e Andrade, é importante destacar que a gestão democrática motivou cada vez mais estudiosos e é hoje a linha de pesquisa que acolhe o maior número de estudos e publicações no campo da gestão da educação brasileira. A quantidade de comunicações brasileiras incluídas no programa do IV Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração da Educação, celebrado em Lisboa em abril de 2007 e no XXIII Simpósio Brasileiro e no V Congresso Luso-Brasileiro e I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação é mais uma demonstração desse fato. Além de publicações individuais dos últimos dez anos (PARO, 1997; OLIVEIRA, 2000; MENDONÇA, 2000; GOHN, 2001; CURY, 2002; LIMA, 2002; SANDER, 2005; LÜCK, 2006), reconhecidos autores de vanguarda reuniram seus trabalhos em coletâneas organizadas por especialistas da área e que são amplamente utilizadas nos meios acadêmicos (OLIVEIRA, 1997; GADOTTI; ROMÃO, 1997; COSTA; ROSA, 2000; FERREIRA; AGUIAR, 2000; WITTMANN; GRACINDO,

2001; DOURADO; PARO, 2001; BASTOS, 2002; MACHADO; FERREIRA, 2002; VIEIRA, 2002; FERREIRA, 2003; BITTAR; OLIVEIRA, 2004; LUCE; MEDEIROS, 2006; FERREIRA, 2006). Esses esforços editoriais, que reúnem autores representativos da área, vieram acompanhados de numerosas teses e dissertações em nossos cursos de pós-graduação em educação, revelando que a gestão democrática da educação constitui hoje tema prioritário dos estudos brasileiros de administração da educação, como se verá em seguida.

PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GESTÃO DA EDUCAÇÃO: ÁREAS TEMÁTICAS E RESULTADOS

A produção acadêmica publicada na *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação* (RBP AE) está estreitamente associada ao desenvolvimento dos estudos de pós-graduação em educação e ciências sociais. Foi nas décadas de 1970 e 1980 que se consolidaram os programas de mestrado nas universidades brasileiras, com um significativo investimento do Ministério da Educação (MEC/CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nesse contexto nasceu a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), constituída pelos programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação e por pesquisadores individuais. Os programas de pós-graduação e o protagonismo da ANPEd inauguraram uma nova fase na história da pesquisa educacional brasileira. Além das pesquisas de mestrado e, mais recentemente, de doutorado, cresceu rapidamente a produção acadêmica dos professores e mentores intelectuais dos programas que vem alimentando o mercado editorial do país nas últimas décadas.

Dentro do vasto campo educacional, a gestão da educação ocupa hoje, como no passado, um lugar destacado na produção científica, como se pode verificar nos bancos de teses e dissertações da CAPES e da ANPEd e de levantamentos bibliográficos e estudos do estado da arte. Nesse contexto, esse ensaio limita seu escopo para referir-se mais especificamente às questões da pesquisa que tomam a gestão da escola como objeto de estudo nas últimas décadas. Minhas principais referências sobre este tema se alimentam prioritariamente em dois estudos recentes publicados pela ANPAE: (1) o estudo de Souza (2006) sobre os caminhos da produção científica em gestão escolar no Brasil nas décadas de 1980 e 1990; e (2) o estudo coordenado por Wittmann e Gracindo (2001), cobrindo o estado da arte em política e gestão da educação no Brasil na década de 1990.

Souza fez um valioso levantamento bibliográfico da pesquisa brasileira sobre gestão escolar, produzida entre 1981 e 2001. A partir da análise dos bancos de dados da ANPEd (1999), da CAPES (2004) e de um projeto de pesquisa da PUC-SP (MARIN; BUENO; SAMPAIO, 2003), o levantamento identificou um conjunto de 183 trabalhos de mestrado e doutorado em educação que examina a problemática da gestão escolar. O objetivo do estudo foi identificar a tendência dominante da pesquisa

científica na área e mostrar a variedade de abordagens no estudo da administração escolar ao longo do período investigado.

Gestão democrática da educação, direção escolar e conselho de escola são os principais temas elencados no levantamento de Souza. Os registros temáticos dos estudos mostram que a *gestão democrática* responde por 31% dos trabalhos na área, seguida do tema *direção escolar* com 28%, *conselho de escola* com quase 17% e outros *processos de gestão escolar* com quase 6% do conjunto das pesquisas. Os demais trabalhos do levantamento cobrem uma variedade dispersa de temas relacionados com o pensar e o fazer a gestão da educação no Brasil.

A adoção da *gestão democrática* como objeto de estudo nos meios acadêmicos se correlaciona no tempo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” (CF, artigo 206, inciso IV). Esta disposição constitucional é disciplinada em 1996 pela LDB, no seu artigo 3º, inciso VIII e complementada pelo artigo 14, que aponta os princípios norteadores da gestão democrática no âmbito dos sistemas de ensino e das instituições escolares. Várias unidades federadas promulgaram leis específicas sobre a aplicação da gestão democrática nas escolas estaduais e municipais. O impacto constitucional e legal se fez sentir imediatamente nos meios acadêmicos e na organização das escolas. Oliveira (2001) é enfática ao propor que a questão da gestão democrática da educação pública se instalou como tema prioritário nos meios políticos e acadêmicos no contexto da reforma do Estado brasileiro, especialmente a partir da promulgação da Constituição de 1988. De acordo com o levantamento de Souza, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, houve apenas um trabalho de mestrado (Couto, 1988) e nenhum de doutorado sobre o tema específico da gestão democrática da escola. É a partir da promulgação da nova Constituição que o número de estudos sobre gestão democrática cresceu rapidamente, sendo responsável por mais de 31% dos trabalhos de mestrado e doutorado da área entre 1981 e 2001, quase todos realizados na década de 1990.

De acordo com o estudo bibliográfico de Souza, a *direção escolar*, incluindo o dirigente de escola, é o segundo tema mais estudado nas pesquisas de mestrado e doutorado nas décadas de 1980 e 1990, sendo responsável por mais de 28% dos estudos sobre administração escolar no período. O desenvolvimento das pesquisas sobre direção escolar, que se acentuou na década de 1990, se deve, em grande parte, aos estudos sobre a temática específica das eleições para diretor de escola, que guarda estreita relação com todo o processo de democratização da gestão escolar. Dourado (2000) defende a tese de que foi precisamente a instituição da eleição como forma de provimento do cargo de dirigente escolar em redes de ensino pelo país afora que incentivou a reflexão e os estudos sobre este tema. Recentes pesquisas realizadas em redes de ensino, como a do Ceará, por exemplo, atestam que, em geral, a prática das eleições dos diretores de escola trouxe resultados positivos em termos de legitimação da figura do diretor, de maior participação e abertura para a comunidade, de

maior autonomia pedagógica e financeira e de melhoria da formação docente e do acompanhamento pedagógico (Vieira, 2006).

O tema das eleições diretas de dirigentes escolares nos remete para o debate em torno da democracia adjetivada, em termos de *democracia participativa* frente à *democracia representativa* (Santos, 2002). Num momento em que a democracia representativa está em crise no mundo inteiro, crescem as experiências de *democracia direta* ou *participativa* ou *popular*, com assembléias, referendos, plebiscitos e outros mecanismos, como vem acontecendo em alguns estados norte-americanos e em países europeus, destacando-se a Suíça, onde já foram realizados, desde 1849, mais de 150 referendos e plebiscitos nacionais, sem mencionar as numerosas consultas locais. Na educação também está em debate a *democracia participativa* (Sander, 1990; Bordenave, 1994; Demo, 1999; Luce; Madeiros, 2006), em que a participação, como estratégia de ação humana coletiva, está implicada como conceito definidor de sua prática.

Em terceiro lugar, estão os trabalhos que colocam o *conselho de escola* como objeto central dos estudos sobre gestão escolar, respondendo por quase 17% de toda a produção da área. Como no caso da gestão democrática, havia poucos estudos sobre o conselho de escola na década de 1980. O interesse pelo tema se consolida no início dos anos 1990, ampliando-se rapidamente até a década atual. A idéia da constituição de conselhos ou órgãos colegiados de gestão na escola está diretamente relacionada à tese da democratização da gestão, uma vez que institucionaliza mecanismos de participação coletiva nos processos de gestão da educação pública (Cury, 2000). Várias pesquisas revelam as dificuldades ao lado das enormes potencialidades dos conselhos de escola, como a de Pinto (UNICAMP, 1994), que nos legou um valioso estudo sobre o papel do conselho de escola à luz da teoria da ação comunicativa de Habermas (1984). Outra valiosa contribuição é a tese de doutorado de Camargo (USP, 1997), que analisou o papel do conselho como centro das ações de poder na gestão da escola pública paulistana.

Além dessas três áreas temáticas dominantes das pesquisas de pós-graduação, o levantamento de Souza registra uma série de estudos esparsos sobre temas de administração escolar. Entre eles, cumpre destacar 12 trabalhos, 6,6% da produção da área, que estudam e ensaiam modelos teóricos e perspectivas críticas de gestão escolar, dentre os quais o trabalho mais conhecido e utilizado nos meios acadêmicos é a tese de doutorado de Paro, defendida na PUC-SP em 1986 e publicada no mesmo ano em forma de livro.

O segundo estudo compreensivo sobre administração escolar patrocinado e publicado pela ANPAE, sob a coordenação de Wittmann; Gracindo (2001) e envolvendo uma extensa rede de pesquisadores e instituições universitárias do país, apresenta o mais recente estado da arte em política e gestão da educação no Brasil. O estudo, que cobre o período de 1991 a 1997, retrata importantes desenvolvimentos em matéria de áreas temáticas e perspectivas de desenvolvimento nos meios intelectuais, especialmente nas universidades. Efetivamente, 64% das pesquisas revisadas no

estudo são dissertações de mestrado e teses de doutorado. Mais de 30% das pesquisas avaliadas se refere às políticas de educação e à formação e atuação dos profissionais da educação. E, finalmente, 25% das pesquisas se refere especificamente à gestão da escola e à administração universitária. Ou seja, de acordo com esse estudo, políticas públicas, formação e atuação dos profissionais da educação e gestão educacional são temas prioritários para os estudiosos da educação brasileira.

É importante destacar que a temática presente ao longo de todo o estudo da ANPAE é o da *democratização da educação* e, nesse contexto, da *democratização da gestão da educação*, envolvendo questões como municipalização, descentralização, autonomia escolar e participação interna e externa na governança dos destinos de nossas instituições e sistemas de ensino. A inserção social da escola, o papel dos movimentos sociais na educação e a gestão municipal estão presentes ao longo de todo o trabalho. A promoção de práticas democráticas e a formação cidadã ocupam lugar central nas considerações específicas sobre a gestão escolar e a administração universitária. Em 45,5% dos estudos que integram a obra da ANPAE aparecem, como temáticas fundamentais, a centralidade da escola, a democratização de sua gestão e a autonomia pedagógica, envolvendo a organização do trabalho escolar e o papel dos atores da gestão escolar, como administradores e diretores de escola, supervisores, coordenadores pedagógicos e representantes da comunidade local. Essas evidências sugerem que o conceito de *gestão democrática* está hoje instalado no pensamento administrativo do setor público e da educação e nos meios escolares e universitários do país. O conceito está consagrado na Constituição Federal de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e em numerosos instrumentos legais dos sistemas de ensino do país. Dando seqüência ao enquadramento legal, o conceito de gestão democrática domina o discurso político e administrativo no governo da educação. Ele está presente também como temática dominante na pesquisa educacional brasileira, que revela significativos avanços nas últimas décadas, mas revela também que ainda enfrentamos o desafio de traduzir o conteúdo do discurso político para efetivas práticas democráticas em numerosas instituições de ensino do país.

CONCLUSÃO: PERSPECTIVAS E IMPLICAÇÕES

Este texto está dividido em quatro títulos. O primeiro faz uma leitura resumida da construção do conhecimento no campo da administração da educação ao longo da história colonial brasileira até a Primeira República. Em vez de uma revisão bibliográfica de estudos individuais de organização e administração da educação, o texto apresenta um pequeno ensaio sobre o esquema intelectual vigente nesse longo período, destacando as considerações filosóficas e jurídicas que serviram de substrato ao trabalho. No segundo título, há uma discussão da trajetória da pesquisa sobre política e gestão da educação nas últimas cinco décadas, com destaque para o papel da sociedade civil organizada no campo educacional, tomando como caso a

história político-pedagógica da ANPAE. O terceiro título discute o papel da pesquisa como instrumento de interpretação histórica das práticas de intervenção concreta dos pesquisadores na concepção de novas perspectivas teóricas e praxiológicas de gestão educacional de orientação sociohistórica, com base no exame da produção científica publicada na *Revista Brasileira de Administração da Educação* entre 1983 e 1996. Finalmente, o quarto título apresenta uma revisão da gestão escolar nas pesquisas de mestrado e doutorado realizadas nas décadas de 1980 e 1990, incluindo suas áreas temáticas e seus resultados.

No final desta leitura sobre a pesquisa e a construção do conhecimento no campo da gestão da educação no Brasil, a atenção se volta naturalmente para o quadro que se desenha no princípio do novo milênio. É o momento para recorrer novamente ao pensamento inicial de Vygotsky para reiterar que o presente, assim como foi o passado, é visto à luz da história. Nesse contexto histórico, os fatos sugerem que estamos diante de um renovado interesse internacional pelo estudo da administração, com um enfoque centrado no conceito de governabilidade, inserido no contexto de um novo momento da história da globalização da economia e da atividade humana. Como resultado desse novo interesse, multiplicam-se os esforços nacionais e internacionais em matéria de reformas institucionais e administrativas. O Brasil não é exceção à regra, como o comprovam as numerosas reformas constitucionais e administrativas promovidas na década passada, em distintos setores da administração pública. O exame dessas reformas revela uma nova incorporação e interpretação de conceitos e práticas do gerencialismo empresarial e comercial no setor público, enfatizando o planejamento estratégico, a racionalização administrativa e a flexibilização laboral associada à contratação por resultados e à avaliação de desempenho, a descentralização e a privatização, a adoção maciça da tecnologia da informação e a gestão da qualidade total. Esses conceitos impõem decisões administrativas preocupadas em aumentar a produtividade e a eficiência econômica, incentivando a competitividade a qualquer custo e independentemente de seu significado substantivo para a população. Impõem também decisões administrativas preocupadas primordialmente com fins pragmáticos e resultados imediatos, independentemente de sua validade ética e relevância cultural.

Esse movimento nacional e internacional de reforma na administração pública transfere-se às suas distintas áreas temáticas, incluindo a educação. O substrato ideológico e o imaginário político-intelectual do movimento se refletem crescentemente no ensino e na prática da administração educacional pelo mundo afora. Por isso, um dos desafios coletivos dos educadores é examinar criticamente as novas categorias analíticas e novas práticas em matéria de política e gestão da educação, muitas vezes concebidas e difundidas por meio de mecanismos multilaterais de negociação política e financiamento internacional, protagonizados por representantes governamentais e servidores internacionais sem a participação efetiva dos atores sociais que atuam nos sistemas nacionais e locais de ensino, suas escolas e universidades.

Um exame cuidadoso dos novos paradigmas teóricos e das novas categorias analíticas que estão emergindo hoje na esteira da globalização econômica e comercial revela que, na prática, estamos diante de versões revisadas das teorias econômicas do capital humano e da administração para o desenvolvimento que captaram as atenções da academia educacional nas décadas de 1950 e 1960 e se esgotaram nos anos 1970. Em alguns meios acadêmicos de vanguarda cresce a consciência de que o ressurgimento do poder do ideário neoliberal, com sua lógica competitiva alicerçada na nova economia da globalização, aliada à utilização mecânica e pouco reflexiva da tecnologia da informação, vem condicionando significativamente a produção e utilização do conhecimento que, por isso mesmo, perdeu muito de sua dimensão crítica, para tornar-se um instrumento a serviço de fins pragmáticos e utilitários, muitas vezes desprovidos de validade ética e de relevância política e cultural (Frigotto, 1995; Bueno, 2000).

No âmbito específico de nossas escolas e universidades, a superação desses desafios dependerá, em grande parte, de um esforço conjugado e sustentado de políticos e educadores para conceber políticas públicas e formas de organização e administração tecnicamente eficientes e eficazes, culturalmente relevantes e significativas para educadores e educandos e politicamente efetivas para a comunidade escolar e seu entorno social, valorizando o espírito público, a participação democrática e a construção social. O papel do educador, como protagonista do ensino, da pesquisa e da gestão escolar, é insubstituível para enfrentar esses desafios. É por essa razão que a formação do educador em termos de sua preparação multirreferencial para a pesquisa, o ensino e a gestão da educação se impõe como requisito inadiável.

É importante registrar que nessa matéria houve avanços nas últimas décadas e esta revisão do caminho percorrido vem corroborar esse fato. Houve avanços na formulação de políticas e diretrizes curriculares pelo Conselho Nacional de Educação, visando garantir uma formação compreensiva do educador para a pesquisa, o ensino e a gestão escolar. Houve avanços na produção acadêmica, em que as estatísticas são eloqüentes em atestar que a pesquisa nas universidades e centros de formação dos profissionais da educação cresceu em quantidade e melhorou em qualidade, sem dúvida muito mais em quantidade do que em qualidade. Faltam dados científicos para comprovar o nível de melhoria da qualidade da produção acadêmica na área, mas as evidências da prática sugerem que temos um longo caminho a percorrer para darmos um novo salto de qualidade na produção intelectual no campo da administração educacional.

Existe crescente consciência nos meios acadêmicos da área de que a melhoria da qualidade da pesquisa depende da melhoria da qualidade do pesquisador e da qualidade das condições institucionais e do aparelhamento teórico para o trabalho científico. Boa pesquisa requer aparelhos teóricos rigorosos e instrumentos analíticos compatíveis com a natureza dos estudos e suas per-

guntas. Nesse contexto, discute-se a compatibilidade *versus* polarização entre pesquisa quantitativa e qualitativa. Depois da avaliação do histórico debate entre os quantitativos e qualitativos e sua dicotomia associada aos supostos métodos objetivos *versus* subjetivos, cresce a consciência de que, muitas vezes, tal dicotomia é falaciosa. É falaciosa porque pode distorcionar os resultados da produção acadêmica e a própria concepção da educação como prática social concreta. Filósofos interacionistas, como Hegel (1977) e Husserl (1968), argumentam que o mundo real e a prática social têm dimensões quantitativas e qualitativas e que a explicação dos fenômenos sociais se fundamenta em noções simultaneamente objetivas e subjetivas, se bem que com ênfases diferentes. Nesse contexto, uma corrente de pensadores contemporâneos propõem um enfoque compatibilizador, segundo o qual as opções metodológicas oscilam num *continuum* entre o quantitativo e qualitativo, o objetivo e o subjetivo (ERCIKAN; ROTH, 2006). As opções metodológicas se fariam a partir da natureza do objeto pesquisado, de seus fundamentos epistemológicos e dos tipos de perguntas que o estudo se propõe responder. É nesse sentido que os objetivos da pesquisa e as questões estudadas passam a determinar a orientação metodológica mais produtiva e mais relevante. Essa orientação, obviamente, não se coaduna com uma postura metodológica eclética e relativista, baseada na tese de que toda metodologia é capaz de responder a qualquer objeto de estudo, sob qualquer posição epistemológica. Para evitar o ecleticismo relativista, o raciocínio conduz a uma perspectiva que enfatiza a importância do contexto, da fundamentação conceitual, da coerência, da criatividade e da reflexão crítica nas práticas de pesquisa e avaliação educacional (YANCHAR; WILLIAMS, 2006).

A adoção dessa orientação requer um investimento sustentado na formação e aperfeiçoamento dos educadores-pesquisadores, tanto para o trabalho empírico-quantitativo como para as análises qualitativas de orientação etnográfica ou sociohistórica. O trabalho empírico, preocupado com a objetividade de atos e fatos, requer um aprofundamento da capacidade técnica do pesquisador para dominar as metodologias quantitativas de base estatística, pois sua inadequada utilização poderá levar a resultados errôneos, comprometendo a validade de suas conclusões e a formulação de suas implicações políticas e pedagógicas. Nos estudos qualitativos, em que a subjetividade é chamada a desempenhar um papel fundamental, o desafio é desenvolver uma subjetividade com rigor científico, capaz de analisar compreensivamente os dados da realidade educacional, sem subordiná-los à epistemologia empírica. O enfrentamento desse desafio sugere investir no desenvolvimento da sensibilidade contextual, da solidez teórica e da formação do pensamento crítico dos educadores-pesquisadores.

A qualidade do pesquisador é tema recorrente da agenda das preocupações da comunidade acadêmica, como o atestam, entre outros pensadores, Gatti (2002; 2003) e Garcia (2003), que propõem um renovado esforço em matéria de formação

inicial e continuada do pesquisador, como parte da formação do educador. Ambos os educadores insistem que a prática da pesquisa desempenha um papel importante no processo de formação do educador. Gatti (2002, p. 37) é enfática em destacar a importância do conhecimento construído pelo educador-pesquisador “a partir de seu próprio processo educativo e de sua prática social e profissional.” Nesse contexto, é preciso investir na saudável prática da participação dos estudantes dos cursos de licenciatura e de pós-graduação em programas e projetos institucionais de pesquisa, sob a orientação de seus professores e coordenadores. A inclusão dos estudantes em programas e projetos institucionais de pesquisa, incluindo neles as pesquisas de mestrado e doutorado, além de propiciar a formação científica independente dos estudantes, ajudará a criar grupos e núcleos de pesquisa em torno de temas relevantes nas universidades. Essas práticas fazem da pesquisa um poderoso instrumento de formação do educador e de criação de renovadas condições institucionais para um novo e necessário salto de qualidade no trabalho científico em nossas universidades e centros de formação dos profissionais da educação.

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, K. La force determinante du nom. In: _____. *Ouvres complètes I: rêve et mythe*. Paris: Payot, 1965.
- ALDRICH, H. E. Incommensurable paradigms? Vital signs from three perspectives. In: REED, M.; HUGHES, M. (Eds.) *Rethinking organizations: new directions in organization theory and analysis*. Londres: Sage, 1992. p. 17-45.
- ANPAE (Associação Nacional de Política e Administração da Educação). *Revista Brasileira de Administração da Educação*. Porto Alegre, 1983-1996.
- ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação). *Banco de teses e dissertações*. Mídia eletrônica *online*. São Paulo: Ação Educativa, 1999.
- ARDOINO, J. Abordagem multirreferencial das situações educativas e formativas. In: BARBOSA, J. G. *Multirreferencialidade nas ciências e na educação*. São Carlos: EdUFSCar, 1998.
- ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, E. *A religião dos saberes: o desafio do século XXI*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- ARROYO, M. G. A administração da educação é um problema político. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 122-129, jul./dez. 1983.
- BACHARACH, S.; WILLMOIT, H. Organization politics in schools: micro, macro and logics in action. *Educational Administration Quarterly*, v. 29, n. 4, p. 423-252, 1993.
- BARTHES, R. Proust et les noms. In: _____. *Le degré zéro et l'écriture suivi les nouveaux essais critiques*. Paris: Seuil, 1972.
- BASTOS, J. B. *Gestão democrática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Biblioteca Anpae, 2002.
- BITTAR, M. & OLIVEIRA, J. F. de. *Gestão e políticas da educação*. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Biblioteca Anpae, 2004.

- BOLMAN, L. G.; DEAL, T. E. *Modern approaches to understanding and managing organizations*. San Francisco: Jossey-Bass, 1984.
- BORDENAVE, J. *O que é participação*. 8. ed. São Paulo: Braziliense, 1994.
- BOURDIEU, P. *A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos*. São Paulo: Zouk, 2002.
- _____. Quelques propriétés des champs. In: BOURDIEU, P. *Questions de Sociologie*. Paris: Minuit, 1984.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 1998.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 4.024, de 20/12/1961.
- _____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei nº 9.394, de 20/12/1996.
- BUENO, M. S. S. *Políticas atuais para o ensino médio*. Campinas: Papirus, 2000.
- BURRELL, S. & MORGAN, G. *Sociological paradigms and organizational analysis*. London: Heinemann, 1982.
- CAMARGO, R. B. *Gestão democrática e nova qualidade de ensino: o conselho de escola e o projeto de interdisciplinaridade nas escolas municipais de São Paulo (1989-1992)*. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- CAPES (Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior). *Banco de teses*. Mídia eletrônica on-line. Disponível em: www.capes.gov.br. Acesso em: julho 2004.
- CARNERIO LEÃO, A. *Introdução à administração escolar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- CATANI, A. M. & GILIOLI, R. S. P. *Administração escolar: a trajetória da Anpae na década de 1960*. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Biblioteca Anpae, 2004.
- COSTA, M. de C. & ROSA, E. C. de S. *Escola pública e gestão democrática*. Recife: Editora da UFPE, 2000.
- COUTO, J. B. *Gestão democrática na escola pública: o caso do Distrito Federal (1985-1988)*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 1988.
- CUBBERLEY, E. P. Public school administration. In: KANDEL, I. L. (Ed.) *Twenty-five years of American education*. New York: The Macmillan Company, 1931. p. 177-195.
- CULBERTSON, J. A. Three epistemologies and the study of educational administration. *UCEA Review*, v. 23, n. 1, p. 1-6, 1981.
- CURY, C. R. M. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. São Paulo: Cortez Editora, 1985.
- _____. O compromisso do profissional da administração com a escola e a comunidade. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 3, n. 1, p. 44-50, jan./jun. 1985.
- _____. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: FERREIRA, N. & AGUIAR, M. (Orgs.). *Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

- _____. Gestão democrática da educação: exigências e desafios. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 163-174, jul./dez. 2002.
- DEMO, P. *Participação é conquista: noções de política social e participativa*. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1999.
- DEWEY, J. *Democracy and education*. New York: The Free Press, 1916.
- DOURADO, L. F. A escolha de dirigentes escolares: política e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.). *Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez, 2000.
- _____. Plano Nacional de Educação: avaliações e retomada do protagonismo da sociedade civil organizada na luta pela educação. In: FERREIRA, N. S. C. (Org.) *Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises*. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2006. p. 21-50.
- DOURADO, L. F. & PARO, V. H. (Orgs.). *Políticas públicas e educação básica*. São Paulo: Xamã, 2001.
- ELLSTRÖM, P. E. Four faces of educational organizations. In: *Higher Education*, n. 12, p. 231-241, 1983.
- _____. *Rationality, anarchy, and planning of change in educational organizations: a study of problem solving and planning of change in small working groups*. Tese (Doutorado em Educação), Linköping University, 1984.
- ERCIKAN, K. & ROTH, W. M. What good is polarizing research into qualitative and quantitative? *Educational Researcher*, Washinton, DC, v. 35, n. 5, p. 14-23, jun./jul. 2006.
- FAYOL, H. *Administration industrielle et générale*. Paris: Dunod, 1916.
- FELIX, M. F. C. *Administração escolar: um problema educativo ou empresarial?* São Paulo: Cortez Editora, 1984.
- FERREIRA, N. S. C. *Gestão democrática: atuais tendências, novos desafios*. São Paulo: Cortez Editora, 2003.
- _____. *Políticas públicas e gestão da educação: polêmicas, fundamentos e análises*. Brasília, DF: Liber Livro Editora, 2006.
- FERREIRA, N. S. C. & AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- FOSTER, W. P. *Paradigms and promises: new approaches to educational administration*. Buffalo, NY: Prometheus Books, 1986.
- FRIGOTTO, G. Educação como capital humano: uma “teoria” mantenedora do senso comum. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 10-37, jan./jun. 1984.
- FRIGOTTO, G. *Educação e a crise do capitalismo real*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GADOTTI, M. A formação do administrador da educação: análise de propostas. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 38-45, jul./dez. 1983.
- GADOTTI, M. & ROMÃO, J. E. (Org.). *Autonomia da escola: princípios e propostas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- GARCIA, W. E. O papel da pesquisa na formação do educador. *Educação e Linguagem*, São Bernardo do Campo, ano 6, n. 8, p. 23-34, jul./dez. 2003.

- GATTI, B. A. *A construção da pesquisa em educação no Brasil*. Brasília: Liber Livro, 2007.
- GATTI, B. A. Perspectivas da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil. *Educação e Linguagem*, São Bernardo do Campo, ano 6, n. 8, p. 11-22, jul./dez. 2003.
- GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. São Paulo: Cortez, 2001.
- GULICK, L. & URWICK, L. *Papers on the science of administration*. New York: Columbia University, Institute of Public Administration, 1937.
- HABERMAS, J. *The theory of communicative action*. Boston: Beacon Press, 1984.
- HEGEL, G. W. F. *Phenomenology of spirit*. Oxford: Oxford University Press, 1977.
- HOY, W. & MISKEL, C. G. *Educational administration: theory, research and practice*. New York: Random House, 1982.
- HUSSERL, E. *Logische Untersuchungen* (Investigações lógicas). Tübingen, Alemanha: Niemeyer, 1968.
- JAMES, W. *Meaning of truth: a sequel to pragmatism*. New York: Prometheus Books, 1997.
- KUENZER, A. Z. A teoria da administração educacional. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 48, p. 39-46, fev. 1984.
- KUHN, T. S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.
- LACAN, J. *Écrits*. Paris: Seuil, 1966.
- LIMA, L. C. *A escola como organização e a participação na organização escolar*. 2. ed. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, 1998.
- _____. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- LOURENÇO FILHO, M. B. *Organização e administração escolar*. São Paulo: Melhoramentos, 1963.
- LUCE, M. B. & MEDEIROS, I. L. P. de. *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.
- LÜCK, H. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- MACHADO, L. M. & FERREIRA, N. S. C. *Política e gestão da educação: dois olhares*. Rio de Janeiro: DP&A Editora/Biblioteca Anpae, 2002.
- MADEIRA, V. P. C. A administração universitária e as transformações da sociedade brasileira. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 10-19, jul./dez. 1985.
- MARIN, A. J.; BUENO, J.; SAMPAIO, M. *Balanço das dissertações e teses brasileiras sobre a escola – 1981/1998*. 2003. Trabalho apresentado no Seminário Perspectivas Teóricas de Investigação sobre a Escola, promovido pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade da PUCSP, São Paulo, 2001.
- MENDONÇA, E. F. *A regra e o jogo: democracia e patrimonialismo na educação brasileira*. Campinas: FEUNICAMP, 2000.
- MOEHLMAN, A. B. *School administration: its development, principles, and functions in the United States*. 2nd edition. Boston: Houghton Mifflin Company, 1951.
- MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1991.

- MORIN, Edgar. *Sociologia: a sociologia do microssoial ao macroplanetário*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1998.
- OLIVEIRA, D. A. A gestão democrática da educação no contexto da reforma do Estado. In: FERREIRA, N. S. C. & AGUIAR, M. A. da S. (Orgs.). *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- OLIVEIRA, D. A. *Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *Educação Básica: gestão do trabalho e da pobreza*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- PARO, V. H. Administração escolar: uma introdução crítica. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1986.
- _____. *Administração escolar: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.
- _____. A gestão de escolas públicas e 1º e 2º graus e a teoria administrativa. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 22-28, jul./dez. 1986.
- _____. *Gestão democrática da escola pública*. São Paulo: Editora Ática, 1997.
- _____. O princípio da gestão democrática no contexto da LDB. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 243-251, jul./dez. 1998.
- PEREIRA, G. R. M.; ANDRADE, M. C. L. A construção da administração da educação na RBP AE (1983-1996), *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1393-1411, set./dez. 2005.
- _____. A construção da administração da educação na RBP AE (1983-1996), *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 137-151, jan./abr. 2007.
- PINTO, F. C. F. A contribuição da ANPAE para o conhecimento da administração da educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 27-32, jan./jun. 1986.
- PINTO, J. M. R. Administração e liberdade: um estudo do conselho de escola à luz da teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- RAMOS, A. G. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1981.
- REZENDE, A. M. Administração universitária: alternativa empresarial ou acadêmica. *Informativo ANPAE*, n. 1, p. 6-8, 1980.
- REZENDE, A. M.; SANTOS FILHO, J. C.; CARVALHO, M. L. R. D. Administração universitária como ato pedagógico, *Educação Brasileira*, Brasília, v. 1, n. 12, p. 15-58, 1978.
- RIBEIRO, J. Q. *Fayolismo na administração das escolas públicas*. São Paulo: Linotecnica, 1938.
- _____. *Ensaio de uma teoria de administração escolar*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1952 (Boletim n. 158).
- RIBEIRO, J. Q.; MENEZES, J. G. C. *Ensaio de uma teoria de administração escolar*. São Paulo: Editora Saraiva, 1978.
- SANDER, B. A administração da educação no contexto das ciências sociais: documento de referência. In: Simpósio Brasileiro de Administração de Educação, IX, 1978, Curitiba.

- _____. A administração da educação como processo mediador. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 2, n. 1, p. 38-62, jan./jun. 1984.
- _____. Administração da educação no Brasil: é hora da relevância. *Educação Brasileira*, Brasília, ano 4, n. 9, p. 8-27, jul./dez. 1982.
- _____. *Administração da educação no Brasil: evolução do conhecimento*. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará/Anpac, 1982.
- _____. Consenso e conflito na administração da educação. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 12-34, jan./jun. 1983.
- _____. *Consenso e conflito: perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação*. São Paulo: Pioneira, 1984.
- _____. *Educación, administración y calidad de vida*. Buenos Aires: Santillana, 1990. p. 143-145.
- SANDER, B. & WIGGINS, T. The cultural context of administrative theory: in consideration of a multidimensional paradigm. *Educational Administration Quarterly*, v. 21, n. 1, p. 95-117, 1985.
- SANTOS, B. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- SEARS, J. B. *The nature of the administrative process*. New York: McGraw-Hill Book Company, 1950.
- SOUZA, A. R. D. Os caminhos da produção científica sobre a gestão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 22, n. 1, p. 13-39, jan./jun. 2006.
- SILVER, P. *Educational administration: theoretical perspectives on practice and research*. New York: Harper and Row Publishers, 1983.
- TAYLOR, F. W. *Principles of scientific management*. New York: Harper and Row Publishers, 1916.
- TEIXEIRA, A. S. *Educação pública, sua organização e administração*. Rio de Janeiro, 1935.
- _____. A administração pública brasileira e a educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro: INEP, v. 25, n. 61, jan./mar. 1956.
- _____. *Natureza e função da administração escolar*. Salvador: ANPAE, 1964 (Caderno de Administração Escolar; 1).
- VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). *Gestão escolar democrática: concepções e vivências*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 27-42.
- _____. (Org.). *Gestão da escola: desafios a enfrentar*. Rio de Janeiro: DP&A/Biblioteca Anpac, 2002.
- VYGOTSKY, L. S. Interaction between learning and development. In: COLE, M.; JOHN-STEINER, V.; SCRIBNER, S. & SOUBERMAN, E. (Eds.). *Mind in society: the development of higher psychological functions*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1978.
- WEBER, M. *The theory of social and economic organization*. New York: The Free Press, 1947.

WILLOWER, D. J. Organization theory and the management of schools. In: HOYLE, E. & MACMAHON, A. (Eds.). *World yearbook of education 1986: the management of schools*. Londres: Kogan Page, 1986.

WITTMANN, L. C. Administração e planejamento da educação: ato político-pedagógico. *Revista Brasileira de Administração da Educação*, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p. 10-22, jul./dez. 1983.

WITTMANN, L. C. & GRACINDO, R. V. (Orgs.). *O estado da arte em política e gestão da educação no Brasil – 1991-1997*. São Paulo: Editora Autores Associados/Biblioteca Anpae, 2001.

YANCHAR, S. C. & WILLIAM, D. D. Reconsidering the compatibility thesis and eclecticism: five proposed guidelines for method use. *Educational Researcher*, Washington, DC, v. 35, n. 9, p. 3-12, dec. 2006.

■ BENNO SANDER é presidente da ANPAE (1976-1984; 2006- ...); Professor Titular (aposentado) da Universidade Federal Fluminense, lecionou nas universidades de Brasília (1977-1992), del Valle (Colômbia), Harvard (USA) e na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO, Argentina); foi Diretor de Educação e Políticas Sociais da Organização dos Estados Americanos (OEA). Doutor em Educação pela Catholic University of America (USA). E-mail: bennosander@terra.com.br.

*Recebido em julho de 2007.
Aprovado em setembro de 2007.*